



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI): OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Resumo

Este estudo tem como objetivo discutir a inclusão da criança com problemas de aprendizagem no âmbito pedagógico e, também, como obter uma educação especial de qualidade a partir de um atendimento especializado oferecido pelos professores que atuam nas salas de recursos participando de maneira colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações para promover a inclusão deste aluno, buscando uma prática especial que aprimore cada vez mais o desempenho da criança na escola. Este trabalho, também procura abordar essas questões de forma reflexiva, de modo a compreender e dar uma melhor atenção e amparo a esses alunos para que não fiquem à margem da aprendizagem e possam interagir com os demais.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Inclusão. Atendimento Especializado.

DISCAPACIDAD INTELECTUAL (DI): LOS DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Resumen

Este estudio tiene como objetivo discutir la inclusión de niños con problemas de aprendizaje en el ámbito pedagógico y, también, cómo obtener una educación especial de calidad de un servicio especializado ofrecido por maestros que trabajan en salas de recursos participando en colaboración con el maestro de la clase común para la definición de estrategias pedagógicas que favorecen el acceso del alumno discapacitado al plan de estudios y su interacción en el grupo, entre otras acciones para promover la inclusión de este alumno, buscando una práctica especial que mejore cada vez más el rendimiento del niño colegio. Este trabajo también busca abordar estos problemas de manera reflexiva, a fin de comprender y brindar una mejor atención y apoyo a estos estudiantes para que no se queden fuera del aprendizaje y puedan interactuar con otros.

Palabras-clave: Discapacidad Intelectual. Inclusión. Servicio especializado.

INTELLECTUAL DISABILITY (ID): THE CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION

Abstract

This study aims to discuss the inclusion of the child with learning problems in the pedagogical area and also how to obtain a special quality education from a specialized assistance offered by the teachers who work in the resource rooms participating in a collaborative way with the teacher of the common class for the definition of pedagogical strategies that favor access to the disabled student to the curriculum and their interaction in the group, among other actions to promote the inclusion of this student, seeking a special practice that improves the performance of the child in the school. This work also seeks to address these issues in a reflexive way so as to understand and give a better attention and



support to these students so that they do not stay outside the learning and can interact with the others.

Keywords: Intellectual Disability. Inclusion. Specialized Attendance.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva uma discussão a respeito da criança com Deficiência Intelectual (DI) e a sua inclusão no âmbito pedagógico de modo a desenvolver de forma efetiva a sua aprendizagem, num ambiente regular de ensino e, assim, facilitar o convívio professor/aluno.

Sabe-se que o processo de inclusão, sobretudo, das pessoas com de deficiência intelectual (DI) é, ainda, complicado para alguns alunos e educadores. Em vista disso, o professor precisa utilizar-se de inúmeras estratégias para que a aprendizagem ocorra. Ao educar para a diversidade o educador têm que garantir ao aluno de inclusão que se aproprie do conhecimento. Há que se acreditar que as suas estratégias tenham um efeito mais que positivo no desenvolvimento da aprendizagem e na socialização/interação da criança com seu grupo (FIGUEIREDO, 2010).

Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas que os alunos com deficiência intelectual (DI) estabelecem com seus professores e colegas nas classes da rede regular de ensino, e os métodos mais eficazes para ir de encontro à necessidade de aprendizagem do aluno. Para tanto, pretende-se avaliar como se processa a inserção da pessoa com deficiência, que sempre foi considerada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural (PALÁCIOS, 1995).

Este trabalho busca também responder às hipóteses levantadas quando da pesquisa acerca do assunto que seriam: Como é o tratamento dado pela escola ao aluno DI? Qual a importância do atendimento especializado a esses alunos? É possível que consigam adaptar-se numa sala comum, com professores comuns? Qual a importância da equipe multidisciplinar, que envolve pais, escola, médicos e terapeutas, para a aprendizagem desse aluno?

Para abordar essas questões e tentar compreender como lidar com o ensino e a aprendizagem do aluno DI, que envolvem inúmeros aspectos de cunho material (físico/ambiental) e pessoal (pais e profissionais capacitados como professores, psicopedagogos, psicólogos, psiquiatras e outros), o referencial teórico e metodológico adotado que deu embasamento à pesquisa foi a pesquisa bibliográfica baseada nos estudos de diversos autores bem como de pesquisa documental, entre outros; além de observação de vivências de educadores com o processo em questão assim como, da observação aleatória ao atendimento especializado dado a esses alunos nas salas de AEE (FIGUEIREDO, 2010).

A abordagem inicial deste estudo trata de uma breve definição e tentativa de compreensão da deficiência intelectual, propriamente dita e, são apresentadas algumas considerações acerca dos fundamentos legais que dão respaldo à educação inclusiva e os desafios enfrentados pelos envolvidos.

Em seguida discorre-se o sobre o papel da escola na sua função social de transmitir a todos, sem exceção, o saber historicamente acumulado para que todos tenham uma vivência cidadã e sobre o assunto tema principal deste estudo, que são os desafios da Educação Inclusiva dos Deficientes Intelectuais (DI), dando definições, discorrendo sobre o acolhimento da escola a esses alunos, do Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos e a qualidade desse ensino devido às adaptações feitas ao currículo, ao ambiente e ao preparo profissional do educado (FIGUEIREDO, 2010).



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI): Os desafios da Educação Inclusiva

A Convenção de Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto 3.956/2001, no seu artigo 1º, define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

Segundo Batista e Mantoan (2007), a deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo “[...] a deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento (BATISTA e MANTOAN, 2007, p. 14-15).”

Indivíduos diagnosticados com deficiências intelectuais normalmente apresentam problemas em lidar com relações sociais, realizar tarefas cotidianas, entender e seguir regras, interpretar ou compreender sinais e ideias consideradas abstratas, como metáforas ou ironias.

Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade (ALFARO, 2017 *apud* DSM - V).

A grande dificuldade de conceituar a deficiência intelectual, trouxe algumas consequências na maneira de lidarmos com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente, por aquelas com deficiência intelectual (BATISTA e MANTOAN, 2007).

A ESCOLA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

A deficiência Intelectual é um desafio para a escola comum, no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a prender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde com o que a escola preconiza. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo de sua urgente transformação: considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados (FIGUEIREDO, 2010).

O aluno com deficiência intelectual tem dificuldade de construir conhecimento como as demais crianças e de demonstrar sua capacidade cognitiva, principalmente em escolas com um modelo de ensino conservador. Essas escolas acabam por acentuar a deficiência dos mesmos, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com deficiência intelectual (PALÁCIOS, 1995).

Para Batista; Mantoan (2007, p. 17):

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e



clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele.

Sabe-se que o ensino é um ato coletivo, onde o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento. Nestes termos, ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre valorizando e reconhecendo as diferenças.

São as práticas escolares que permitem ao aluno aprender e a ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades. Para tanto, para que a aprendizagem atinja a todos é importante que o ensino escolar se caracterize pela diversificação de atividades (com e sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular (BATISTA e MANTOAN, 2007).

O rompimento das barreiras sejam elas de acessibilidade, de comunicação ou atitudinais possibilita a valorização da diferença e a construção de abordagens pedagógicas diferenciadas a fim de facilitar a construção do conhecimento. Tal percepção exige a partilha de conhecimento e a relação cooperativa na gestão do ambiente educacional, sempre considerando a diversidade e evitando a desconsideração da singularidade dos aprendizes (FIGUEIREDO, 2010).

Embora todo o exposto seja fato, ainda há inúmeros educadores e membros da sociedade que resistem em dar à pessoa deficiente, o tratamento que lhe é de direito legal e, principalmente, humanitário.

Se não forem rompidas, principalmente as barreiras atitudinais, estar-se-á reforçando o modelo de cultura escolar desigual onde, bem ilustra Perrenoud (2000) que, “cada um tem um êxito conforme suas aptidões, limitando-se a escola a oferecer a cada um dos alunos as mesmas condições de aprendizagem (p. 24).”

DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SALAS DE AEE

Considerando-se que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem por atribuição a educação para a autonomia apreende-se que, isto significa muito mais do que dar acesso, significa promover o educando em seu pleno desenvolvimento físico, intelectual e social. Significa acreditar nele, em seu potencial para aprender sempre mais e para isso, o professor especialista tem que buscar desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos que são atendidos por eles (FIGUEIREDO, 2010).

De acordo com o documento Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2006), o atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo. Podemos afirmar que a atribuição maior do AEE é a de identificar os obstáculos que impeçam ou limitem o aluno de participar e de se desafiar para alcançar os objetivos educacionais propostos pela escola e, por fim, construir as condições necessárias para a superação destes obstáculos.

Quando se pretende reconhecer a diversidade humana e valorizar a diferença há que se equiparar as oportunidades para todos os aprendizes, pois isso é algo bastante relevante em termos pedagógicos. A inclusão também é um processo contínuo de construção comunitária - no sentido de criar as condições de acesso aos ambientes educacionais (FIGUEIREDO, 2010).



Para que haja de fato a inclusão educacional se faz necessária, também, a acessibilidade das relações interpessoais, no sentido do conhecimento recíproco e da superação de todas as formas de preconceitos, pois, compreende-se que a política de inclusão de alunos com necessidades especiais, na rede regular de ensino, não se resume apenas ao acesso à matrícula e a permanência desses alunos no mesmo espaço físico que os demais. O sistema de ensino precisa rever seus conceitos e encontrar alternativas educacionais que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas (BRASIL, 2006).

Quanto às adaptações curriculares recorre-se primeiro ao projeto político-pedagógico, que por ter caráter político e cultural, deve ser construído no âmbito da escola, observando-se as necessidades educacionais especiais dos alunos. Assim, será uma referência para definir a prática escolar como elemento dinâmico da educação, observando o princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar (BATISTA e MANTOAN, 2007).

Parafraseando Palácios (1995), a escola é junto com a família, a instituição social que maiores repercussões têm para criança. A escola não só intervém na transmissão do saber científico organizado culturalmente como influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individualização da criança, como são o desenvolvimento das relações afetivas, a habilidade de participar em situações sociais, aquisição da destreza relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento da identidade sexual, das condutas pró-sociais e da própria identidade pessoal.

A escola, sendo obrigatoriamente, um espaço inclusivo, que tem o dever de promover a integração social do educando, deverá ter um serviço de apoio especializado para atender as necessidades das crianças com qualquer tipo de distúrbios de aprendizagem (BESSA, 2008).

Segundo a Doutora em Educação Isa Regina Anjos (2011), a constituição da sala de recursos objetiva, exatamente, atender as pessoas que estão frequentando o ensino regular, visando obviamente expandir seu conhecimento, oportunizando que os (as) estudantes possam desenvolver suas capacidades a fim de superar as lacunas que ainda existem no ensino regular. As salas de recursos multifuncionais, constituem-se em um espaço para atendimento educacional especializado (AEE), tendo como objetivo oferecer suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo seu acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de algumas competências e habilidades próprias.

Ao dar atendimento ao aluno na sala AEE, o professor especialista, aplica a ele inúmeras estratégias pedagógicas que venham a favorecer o acesso do mesmo ao conteúdo escolar, ainda que mais elaborado e a sua interação no grupo. Ao observar-se a constituição da sala de recursos, vemos que a mesma tem por objetivo primordial, atender os alunos que estão frequentando o ensino regular – como dito anteriormente - visando colaborar com a aquisição do conhecimento, e dando oportunidades para que os mesmos possam desenvolver suas capacidades a fim de superar as barreiras que se interpõem em suas aprendizagens (FIGUEIREDO, 2010).

O Atendimento Educacional Especializado, para os alunos com Deficiência Intelectual – DI, deve privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais, exatamente como acontece com as demais deficiências. No caso, parafraseando Batista; Mantoan (2007), “tem a ver com a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber (p. 89).”

O professor especialista deve demonstrar preocupação com a produção de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas



dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo e das atividades que o professor da sala regular estiver trabalhando no momento, uma vez que estes alunos não conseguem acompanhar de forma igual o seu grupo (FIGUEIREDO, 2010).

O professor precisa estar capacitado a conviver com os diferentes. Tem de estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior das salas de aula, desenvolvendo afetividade e interesse por essa nova empreitada (BESSA, 2008).

Diante do atual panorama da educação inclusiva, observa-se a necessidade de retomar-se a questão da formação de professores de modo a atender aos princípios inclusivos, de forma que estes estejam inteiramente voltados para práticas que acompanham a evolução das ciências e não excluem nenhum aluno. A formação continuada de professores é mais uma estratégia fundamental para a atualização do conhecimento comum e especializado (MANTOAN, 2007).

O momento educacional atual requer dos educadores outros conhecimentos além daqueles que receberam nos seus cursos de formação para o magistério. O professor deve buscar maneiras de ensinar bem o seu aluno, superando as imperfeições dos métodos e se atualizando sempre. Quanto a esse compromisso de ensinar certo e bem, Paulo Freire (2007) assinala o seguinte:

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha prática pedagógica. Tão importante quanto ao ensino dos conteúdos [...] é o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de “experiência feita” que busco superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço (p.103).

A citação acima deixa claro que, a educação, por não ser uma prática neutra, exige do educador uma definição com relação ao seu ofício, ou seja, não se pode ser um educador se não estiver coerente com sua prática, se ainda não pratica uma educação democrática, voltada para a inclusão, para a dedicação de dar ao menor favorecido oportunidades de crescimento e interação junto ao grupo social (BESSA, 2008). Em vista disto, o que resta é arregaçar as mangas, trabalhar muito e, fazer valer as Leis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse estudo, apresenta-se, comenta-se e confronta-se a visão de autores sobre o tema central do mesmo; através da pesquisa bibliográfica pelo fato destas resgatarem elementos que auxiliam a reconstituir e explicitar os conceitos e intervenções pedagógicas e inclusão da criança com deficiência no convívio escolar (BESSA, 2008).

Para a realização do estudo, a abordagem metodológica utilizada foi a Revisão bibliográfica, com metodologia para a pesquisa qualitativa/descritiva, consultando-se fontes de dados online, artigos científicos, revistas, livros e obras de renomados autores e pesquisadores do objeto de estudo, além de pesquisas documentais, para o devido confronto de ideias e, ainda, observou-se o atendimento educacional especializado (AEE) aplicado a algumas crianças de uma escola central da Rede Municipal do Município onde as criança que apresentam problemas de aprendizagem e tem diagnóstico médico de



algum distúrbio de aprendizagem são atendidas. Observou-se o atendimento dado a 3 alunos com distúrbios comportamentais e de aprendizagem, sendo um com Autismo (do 3º ano), um aluno com Síndrome de Down (pré-escolar), e uma aluna com baixa aprendizagem.

Foram observados interagindo com vários tipos alternativos de estímulos à aprendizagem (jogos variados, computador, fichas e muito material concreto), numa sala multifuncional. Todo o processo ocorreu em uma semana, na segunda, quarta e sexta-feira, que foram os dias que a professora especialista dava atendimento na escola. Toda a atividade (observação) teve a duração de uma semana na Sala de Recursos com a professora especialista do AEE, com os seguintes passos:

1º passo – No primeiro momento (segunda-feira), acompanhei o atendimento a uma aluna de 4º ano com baixo rendimento de aprendizagem e pouca comunicação verbal.

2º passo – Observação (na quarta-feira) do atendimento a um aluno com autismo.

3º passo – Observação do atendimento ao aluno pré-escolar portador de Síndrome de Down.

4º passo - Análise das observações durante as situações de atendimento especializado e das conversas informais mantidas com a professora especialista durante a observação de seu trabalho.

A Declaração de Salamanca que é um dos documentos mais importantes sobre a questão da inclusão escolar aborda; os Princípios, a Política e a Prática em Educação Especial, introduziu a questão do atendimento especial nas escolas regulares para as crianças com necessidades educativas especiais, tendo como um de seus pressupostos o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem (BRASIL, 2006).

As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo um bom nível de educação para todo, através dos currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as várias comunidades (MANTOAN, 2007).

Tal Declaração, ao defender que, todos os alunos precisam estar na escola e, precisam ser respeitados em seus ritmos de aprendizagem, apresentando deficiência ou não ela dá ao aluno com deficiência o direito de “ter direito” à educação e à convivência social, pois ela valoriza o trabalho escolar e as relações estabelecidas entre os alunos.

Todo o processo deixa claro que a formação de novos valores deve partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente. Há a necessidade de se ver a pessoa como um todo, respeitar as suas diferenças e utilizá-las para a construção de uma sociedade, na qual o somatório das diferenças resulte na construção de um todo mais completo e justo (FIGUEIREDO, 2010).

Há que se concordar que as mudanças de atitudes e métodos de ensino e tratamento pelos educadores e familiares favorece muito a aprendizagem e o convívio social das pessoas com deficiência e, no tocante ao valor dos bons métodos de ensino.

[...] os métodos de ensino são os meios adequados para a realização dos objetivos, os quais não se realizam por si mesmos, sendo necessária uma atuação do professor. Para que tais objetivos sejam alcançados torna-se necessário que as ações dos educadores sejam organizadas em sequência. Os procedimentos de ensino devem incluir atividades que possibilitem a ocorrência da aprendizagem. Essa atividade não é apenas física, mas,



também, interna, mental, emocional e social, porque a aprendizagem é um processo que envolve a participação total e global do indivíduo em seus aspectos físicos, intelectuais e sociais (LIBÂNEO *apud* BESSA, 2008, p. 37-38).

O educador ao estar refletindo sobre suas práticas precisa entender a importância do seu papel ao estar proporcionando meios para direcionar a criança e o jovem, sem exclusão, a um caminho de autonomia, responsabilidade e reconhecimento social. É necessário que a escola, de modo geral, se transforme para atender esses alunos e, “[...] transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (FIGUEIREDO, 2010, p. 34).”

Por maior que seja a limitação do aluno com deficiência mental, ir à escola comum para aprender conteúdos acadêmicos e participar do grupo social mais amplo, favorece a sua inserção na sociedade e sua cidadania (BESSA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar os diversos aspectos que fazem parte do indivíduo portador da Deficiência intelectual, conclui-se que, o objetivo inicial do estudo foi alcançado – que era compreender melhor o problema, para poder buscar soluções, bem como analisar o problema sob diversas óticas (o trabalho multiprofissional com o aluno, assim como o auxílio familiar) para completar a equipe em prol do bom andamento da aprendizagem e interação social do aluno com deficiência intelectual.

Portanto, um dos critérios definidores e mais relevantes é que a escola como espaço inclusivo, deve elaborar um plano educacional especializado para este estudante, objetivando diminuir as barreiras específicas dele.

Infelizmente a maioria das escolas hoje, ainda não está preparada, nem na estrutura física nem na estrutura pessoal para atender esse aluno. Para que possa ser realizado um bom trabalho para as pessoas que apresentam algum transtorno de desenvolvimento, é necessário ter presente um marco de referências da evolução normal e das funções que se encontram perturbadas nesses casos.

Para isso, toda escola deveria ter um profissional capacitado, para avaliar profundamente esses alunos com transtornos e fazer um acompanhamento contínuo dos mesmos, bem como para dar suporte e orientar o professor e pais a fim de promover uma verdadeira aprendizagem e inserção social para esse aluno.

Finalizando, este estudo permite compreender também, a importância do trabalho realizado pelos professores especialistas nas salas de recursos (AEE), e que os alunos com dificuldades de aprendizagem merecem a atenção especial de todos, precisam ser incluídos e não rejeitados. Os alicerces da inclusão estão apoiados, principalmente, em princípios básicos, onde o aprendizado e o ensino são pertinentes a todos, não permitindo nenhum modelo de isolamento e/ou segregação.

Para tanto, se faz necessário o diálogo de ambos os profissionais (tanto da sala de recursos quanto da sala de aula convencional) a fim de que possam trocar ideias a respeito da melhor maneira de ensinar o aluno e amparando-se no apoio do professor especialista do AEE na produção de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as



necessidades educacionais específicas dos alunos, e assumindo cada qual o seu papel, equalizando as oportunidades sempre.

Esta pesquisa tem como público alvo: educadores, pais, especialistas e todos os envolvidos na educação de alunos com algum tipo de deficiência, para que busquem compreender o problema para poder atuar de forma coerente sobre ele, minimizando assim, as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARO, Érica. Deficiência Intelectual - (Texto e Entrevista) – In: *Revista Ler & Saber*, Ano I, n. 1, 2017, p. 4 – 19.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. Atendimento educacional especializado em salas de recursos. *ITABAIANA: GEPLADDE*, Ano 5, Volume 9 | jan-jun. 2011, p. 4-11.

BATISTA, CRISTINA A. M.; MANTOAN, M. T. E. *et al. Atendimento Educacional especializado: Deficiência Mental*. - Brasília: MEC, SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diferentes Diferenças: Educação de qualidade para todos*. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Edição Atualizada. São Paulo: Escala: 2008.

BRASIL. *Secretaria de Educação Especial Deficiência Mental*. Erenice Natália Soares Carvalho. – Brasília: SEESP, 1997, p. 97. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002963.pdf>. Acesso em: 24/01/19.

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05/02/19.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. In: *INCLUSÃO –Revista da Educação Especial*. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010, p. 32-38.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. *Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. *Escola, Diferença e Inclusão*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PALÁCIOS, J. *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação/trad*. Patrícia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Informações do(a)s autor(a)(es)

Deise Gomes Oliveira - Especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela FAMESC.



Irineu Lopes - Mestre em Educação pela Logos University Internacional ; graduado em Letras pela Universidade Metropolitana de Santos; graduado em Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos; graduado em Normal Superior pela Universidade Hermínio Ometto de Araras; graduando-se em Educação Especial pela Universidade Santa Cecília; pós-graduado em Gestão Escolar pela Faculdade Corporativa; pós-graduado em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela Universidade Cruzeiro do Sul; pós-graduado em Transtorno do Espectro Autista pela Universidade Cruzeiro do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7192-3046>.